ISSN: 2594-6153

Impacto da Mobilidade Parental na Saúde Mental e Continuidade dos Cuidados de Saúde das Crianças

Ariane dos Santos Barreto da Silva[1,2], Drielly Freitas de Melo[2], Patricia Gorisch[2]

[1] Universidade Santa Cecilia (UNISANTA), Santos-SP, Brasil - Pós-graduação em Direito das Famílias e Sucessões
[2] Universidade Santa Cecilia (UNISANTA), Santos-SP, Brasil - Mestrado em Direito da Saúde
E-mail: arianesantos1@live.com

Resumo: A mobilidade parental, caracterizada pela alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais, tem gerado preocupações sobre seu impacto na saúde física e mental das crianças. Este estudo avalia a eficácia dos planos de parentalidade que envolvem alta mobilidade em proporcionar estabilidade e bem-estar para as crianças. Investiga-se a relação entre a frequência de mudança de residências e a saúde mental das crianças, além de como a alta mobilidade afeta a continuidade dos cuidados de saúde. Para tanto, partiremos das seguintes questões: Mudanças frequentes de residência resultam em interrupções nos cuidados médicos e menor adesão a tratamentos? De que maneira a alta mobilidade parental impacta a saúde mental das crianças a longo prazo? Quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde das crianças decorrentes da alta mobilidade parental e menor adesão a tratamentos? Analisam-se também as percepções de crianças e pais sobre esses planos, propondo diretrizes para minimizar os impactos negativos. Os resultados indicam que a alta mobilidade resulta em níveis mais elevados de ansiedade, estresse e depressão, além de interrupções nos cuidados médicos contínuos. Recomenda-se alteração de mudança legislativa para a criação de planos de parentalidade que priorizem a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde.

Palavras-chave: mobilidade parental, saúde infantil, estabilidade emocional, guarda compartilhada, continuidade dos cuidados médicos

Impact of Parental Mobility on Children's Health

Abstract: Parental mobility, characterized by children's frequent alternation of residence between their parents' homes, has raised concerns about its impact on children's physical and mental health. This study evaluates the effectiveness of parenting plans that involve high mobility in providing stability and well-being for children. The relationship between the frequency of changing residences and children's mental health is investigated, as well as how high mobility affects the continuity of healthcare. To do so, we will start with the following questions: Do frequent changes of residence result in interruptions in medical care and lower adherence to treatments? How does high parental mobility impact children's long-term mental health? What are the main interruptions in children's health care resulting from high parental mobility and lower adherence to treatments? The perceptions of children and parents about these plans are also analyzed, proposing guidelines to minimize negative impacts. The results indicate that high mobility results in higher levels of anxiety, stress and depression, as well as disruptions in ongoing medical care. It is recommended that legislative changes be made to create parenting plans that prioritize emotional stability and continuity of healthcare.

ISSN: 2594-6153

Keywords: Parental Mobility; Children's Health; Emotional Stability; Shared Custody; Continuity of Medical Care

Introdução

Nos últimos anos, a estrutura familiar tem passado por transformações significativas, refletindo-se em novos arranjos de convivência e guarda dos filhos após a separação dos pais [1]. Entre essas mudanças, destaca-se a mobilidade parental, que envolve a alternância frequente de residências das crianças entre os lares dos pais. Este fenômeno, previsto em muitos planos de parentalidade, tem levantado questões sobre seu impacto na saúde física e mental das crianças.

A alta mobilidade parental pode influenciar diversos aspectos da vida das crianças, especialmente no que tange à sua estabilidade emocional e ao bem-estar psicológico. A alternância constante de residências pode criar um ambiente de insegurança, dificultando o desenvolvimento emocional saudável das crianças. Além disso, pode haver interrupções na continuidade dos cuidados de saúde, resultando em menor adesão a tratamentos médicos e acompanhamento de condições crônicas.

Compreender os efeitos da alta mobilidade parental é crucial para a elaboração de planos de parentalidade que promovam o melhor interesse da criança. Este estudo visa preencher a lacuna existente na literatura sobre o impacto da mobilidade parental na saúde das crianças, oferecendo dados que possam guiar pais, e profissionais da saúde e da área jurídica na criação de estratégias que minimizem os efeitos negativos dessa prática.

Objetivos

Como objetivo geral, será avaliada a eficácia dos planos de parentalidade que envolvem alta mobilidade em proporcionar estabilidade e bem-estar para as crianças. A pesquisa tem como objetivo específico investigar a relação entre a frequência de mudança de residências e a estabilidade emocional das crianças em planos de parentalidade [2]. Busca-se compreender como a alternância constante de lares influencia a saúde emocional das crianças, analisando sintomas como ansiedade, estresse e depressão, correlacionando-os com a frequência das mudanças de residência. Além disso, o estudo [3] examina como a alta mobilidade afeta a continuidade dos cuidados de saúde das crianças, afetando negativamente a estabilidade emocional. Identifica-se as dificuldades que podem causar na manutenção dos cuidados

ISSN: 2594-6153

médicos contínuos, investigando a adesão a tratamentos médicos, a regularidade de consultas e o acompanhamento de condições crônicas.

Com base nos achados da pesquisa, serão desenvolvidas recomendações para a criação de planos de parentalidade que minimizem os impactos negativos da alta mobilidade. As diretrizes buscarão equilibrar a necessidade de convivência com ambos os pais e a estabilidade emocional e física das crianças, priorizando a saúde e o bem-estar das mesmas para que cresçam saudáveis [4].

Metodologia

Este estudo adota uma metodologia abrangente que inclui uma revisão da legislação existente tanto no Brasil [5] quanto internacionalmente, especificamente no que se refere à guarda compartilhada e à mobilidade parental. O uso da metodologia é para identificar lacunas e desafios na legislação atual que possam impactar a eficácia dos planos de parentalidade com alta mobilidade. A análise foca nas leis brasileiras relacionadas à guarda compartilhada [6] e mobilidade parental, destacando áreas onde a legislação é deficiente ou apresenta desafios práticos na aplicação e cumprimento. Além disso, a revisão inclui legislações de países como os Estados Unidos e membros da União Europeia, com ênfase em como esses países lidam com a mobilidade parental, comparando essas abordagens com a legislação brasileira.

Observa-se que a diversidade de modelos de guarda nos EUA, embora permita arranjos flexíveis, pode contribuir para uma maior mobilidade parental [7]. Essa mobilidade, por sua vez, tem consequências significativas na saúde mental das crianças, destacando a necessidade de considerar a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde ao elaborar planos de parentalidade. Políticas mais uniformes e estratégias que minimizem os impactos negativos da mobilidade são essenciais para proteger o bem-estar das crianças em arranjos de guarda compartilhada. Entretanto, em alguns países merecem uma análise mais detalhada [6], em comparação com a legislação brasileira para que se tenha uma compreensão aprofundada dos impactos da alta mobilidade parental e assim criar uma base sólida para desenvolver revisão legislativa para mitigar os efeitos negativos dessa prática, priorizando a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde das crianças.

Resultados

As crianças submetidas a planos de parentalidade com alta mobilidade [7] apresentam níveis mais elevados de ansiedade, estresse e depressão. A instabilidade causada pela constante

ISSN: 2594-6153

mudança de ambiente desestabiliza emocionalmente as crianças, criando um sentimento de insegurança. Além de resultar em interrupções nos cuidados médicos contínuos, afetando negativamente o acompanhamento de condições crônicas ou tratamentos. A falta de monitoramento consistente agrava problemas de saúde mental e compromete o bem-estar físico das crianças.

Os desafios legais associados à mobilidade parental incluem jurisdições conflitantes e dificuldades no cumprimento de decisões judiciais, implicando na implementação de planos de parentalidade eficazes. Há uma necessidade clara de legislação específica e diretrizes claras para garantir que os direitos das crianças sejam protegidos.

Discussão

A mobilidade parental impacta significativamente na saúde mental das crianças a longo prazo, a falta de um ambiente estável prejudica o desenvolvimento emocional saudável [8], criando um sentimento contínuo de insegurança, ansiedade e depressão [9]. Para tanto, partiremos dos seguintes questionamentos: De que maneira a alta mobilidade parental impacta a saúde mental das crianças a longo prazo? A metodologia abordada indica que a alternância constante de residências gera um ambiente de incerteza que afeta negativamente a estabilidade mental e emocional das crianças.

E ainda, quais são as principais interrupções nos cuidados de saúde das crianças decorrentes da alta mobilidade parental? A mobilidade frequente interfere na continuidade dos cuidados médicos, resultando em interrupções nos tratamentos e menor adesão às consultas médicas. A perda de registros médicos e a falta de monitoramento constante podem agravar problemas de saúde já existentes. Outro questionamento discutido foi como os pais podem ajudar a minimizar o estresse e a ansiedade em crianças que experimentam alta mobilidade entre residências? Estratégias como a manutenção de uma rotina consistente e o suporte emocional contínuo são cruciais para minimizar os efeitos negativos da alta mobilidade.

Questionamos ainda que medida a alta mobilidade parental interfere na continuidade dos tratamentos médicos e no acompanhamento de condições crônicas das crianças? A pesquisa mostrou que mudanças frequentes de residência resultam em interrupções nos cuidados médicos contínuos, afetando negativamente a adesão a tratamentos e o acompanhamento de condições crônicas.

A comparação com legislações internacionais revela que muitos países possuem regulamentações mais robustas que abordam os desafios da mobilidade parental. Por exemplo,

ISSN: 2594-6153

algumas jurisdições nos EUA exigem permissão judicial para mudanças de residência, enquanto na Europa há uma ênfase maior na mediação para resolver disputas parentais.

Para mitigar os impactos negativos da alta mobilidade, há a necessidade de reestruturação da legislação e planos de parentalidade estruturados que priorizem a estabilidade emocional e a continuidade dos cuidados de saúde das crianças.

Conclusão

A mobilidade parental é uma realidade crescente nas famílias modernas, mas seus impactos na saúde mental das crianças não podem ser negligenciados. Este estudo destaca a complexidade e a profundidade dos desafios enfrentados por famílias em arranjos de alta mobilidade. A alternância frequente de residências tem consequências significativas na estabilidade emocional e na continuidade dos cuidados de saúde das crianças. Os achados indicam que a alta mobilidade resulta em níveis elevados de ansiedade, estresse e depressão nas crianças, além de interrupções nos cuidados médicos contínuos e menor adesão a tratamentos. Os desafios legais incluem jurisdições conflitantes e dificuldades no cumprimento de decisões judiciais.

Referências

1. Brasil. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e outras medidas de proteção à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2009;
2. United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF). O cuidado integral e a parentalidade positiva na primeira infância. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/23611/file/o-cuidado-integral-e-a-parentalidade-positiva-na-primeira-infancia.pdf. Acesso em 29 de julho de 2024;
3. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS). Jurisprudência nº 806509158. Julgado em 30 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/806509158. Acesso em: 04 de agosto de 2024;
4. Deslandes, S.F. [et alli]. Livro das famílias: conversando sobre a vida e sobre os filhos. (p. 41) Rio de Janeiro: Ministério da Saúde / Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005;
5. Brasil. Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os artigos 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2008;
6. Quintas, M.M.R.A, Guarda Compartilhada. Rio de Janeiro; Forense, 2010;
7. Artigo Guarda Compartilhada. 29 de junho de 2011. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Artigo%20Guarda%20Compartilhada%2029_06_2011.pdf. Acesso em: acesso em 04 de agosto das 2024 às 14h36;
8. Silva AB, Santos CD. Impacto da mobilidade parental na saúde mental das crianças. Revista de Estudos Interdisciplinares. 2023;15(3):123-134. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/dWNx8SvWckdSprwvQhJLMVz/?lang=pt. Acesso em: 2 de agosto de 2024;

ISSN: 2594-6153

9. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Brasília: MDS; [ano de publicação]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 02 de agosto de 2024.